



# informe ASUNIRIO

Associação dos Trabalhadores em Educação da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro  
Fundada em 10 de dezembro de 1985

Rio de Janeiro, 27 de abril de 2014 - Ano 16 - nº 181 \* Distribuição Gratuita \* Criado em 25 de dezembro de 1998

## Servidores lotam o auditório para cobrar respostas do reitor sobre pesquisa da ASUNIRIO

No dia 17 de abril de 2014, no Auditório Vera Janacopulos, aconteceu o encontro muito esperado pela comunidade dos Técnico-Administrativos, pela Administração da UNIRIO, estiveram presentes, professor Jutuca, reitor da UNIRIO; pró-reitora de Administração, Núria; pró-reitora de Gestão de Pessoas, Mariana; diretor de desenvolvimento de pessoas, Bruno; e o diretor gestor de processos administrativos, Carlos Gilhon, pela lado da bancada dos trabalhadores, os Servidores Técnico-Administrativos em Educação. A coordenação dos trabalhos ficou sob a responsabilidade dos Coordenadores Gerais da ASUNIRIO, Oscar e Wilson.

O evento ocorreu devido a uma pesquisa realizada pela Direção da Associação dos trabalhadores em Educação da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, entre os dias 30/09 a 31/10/2013, em todas as unidades da universidade, exceto o HUGG, devido à manifestação visível que a EBSEH promove naquele ambiente, o que certamente levaria a um resultado tendencioso. Na ocasião o objetivo da entidade representativa dos trabalhadores era obter informações sobre o seu dia-a-dia de trabalho e os motivos de suas ausências nos eventos de interesse da categoria. As informações obtidas foram entregues ao reitor através do Ofício ASUNIRIO nº 040/2013, no dia 17 de dezembro de 2013.

Para aqueles que pensavam que a data do dia 17/04, véspera do feriadão, prejudicaria o evento se enganaram, o auditório estava lotado, mostrando que a categoria está amadurecida e querendo respostas para os desconfortos que a gestão vem promovendo em seu ambiente de trabalho. Na ocasião os trabalhadores apontaram muitas falhas, por exemplo: a falta de material para trabalhar, tendo muitas vezes que o próprio trabalhador comprar papel A-4, tesoura, entre outros objetos de uso para o trabalho, de seu próprio bolso. A falta de pessoas para atender as demandas crescentes da universidade, de segurança, água, papel higiênico, manutenção dos bebedouros, etc.

Dando início aos trabalhos Oscar fez uma

Bruno Cruz



introdução sobre o motivo do evento e em seguida passou a palavra ao Reitor Jutuca que explicou o motivo do adiamento do evento, que ocorreria no dia 14/04, por compromisso fora do país, representando a UNIRIO em uma comissão, para realização de uma tarefa em Moçambique se viu obrigado a solicitar a transferência do encontro para o dia 17/04.

Em seguida deu as boas vindas a todos os presentes e disse que estava feliz por estar junto aos Técnico-Administrativos. Em seguida todos os demais representantes da administração fizeram suas saudações. Após as considerações Oscar informou ao público que todos na mesa tinham recebido a pesquisa da ASUNIRIO e que, portanto poderiam responder aos trabalhadores sobre suas demandas.

Fazendo uso da palavra a Pró-reitora de Administração, Núria, informou as medidas que estavam sendo tomadas para suprir a falta de material de consumo nas diversas unidades da universidade e também para solucionar os problemas dos elevadores. Esclareceu que as compras de material de consumo já estavam sendo realizadas por meio de pregão e quanto aos elevadores às pro-

vidências também estavam sendo tomadas.

A Pró-reitora de Gestão de Pessoas, Mariana, falou em construir instrumentos para fazer o levantamento de necessidades dos servidores, indo ao encontro dos mesmos em suas unidades de trabalho. Lembrou da necessidade de elaboração dos regimentos internos, das preocupações quanto aos desvios de funções que existem na UNIRIO e do número pequeno de servidores em diversas áreas da universidade. Disse que a política de capacitação deverá ocorrer em todos os setores, assim como os serviços de atendimento à saúde a todos servidores. Por fim, disse que o trabalho precisa contar com o apoio de todos os servidores da universidade.

O Diretor de Desenvolvimento, Bruno, disse que os problemas que ocorrem na UNIRIO também podem ser verificados em outras Instituições e os fatos são consequências das políticas implementadas pelo governo. Quanto a questão da acessibilidade, Bruno, assumiu a responsabilidade pelo fato de ter encaminhado uma servidora com necessidades especiais ao local de trabalho sem

antes ter construído o ambiente adequado a suas necessidades. O assunto foi tema de um debate tenso, tendo que a arquiteta responsável pelo projeto responder as questões levantadas pelos trabalhadores. O reitor pediu a palavra e assumiu o compromisso de construir o mais rápido possível um projeto de acessibilidade para toda universidade.

O Diretor Gestor de Processos Administrativos, Carlos Guilhon, alertou a todos para esquecerem o nome de RH e adotarem a sigla PROGEPE. Disse que às 30h solicitada pela Direção da ASUNIRIO, não é fácil de resolver sem mão de obra suficiente.

Diferentes e importantes questionamentos foram feitos à administração da UNIRIO como: falta de espaços para discutir a universidade, a construção de diversas comissões para tratar de assuntos como: ética, raça, gênero, etnia e meio-ambiente em todas as unidades da UNIRIO. Os servidores da Biblioteca Central reclamaram das promessas não cumpridas e da desinformação que permeia naquela unidade.

Diante de um quadro abundante de demandas não resolvidas, o Reitor Jutuca, disse que não há respostas do tipo sim ou não ou isso é ou não verdade. Ele entende que a UNIRIO precisa melhorar a comunicação. Quanto a criação de comissões, disse que tem encontrado dificuldade de consolidá-las, já que a maioria das pessoas não querem participar e muitas vezes acaba ele tendo que formá-las por sua própria determinação, para que certas metas sejam alcançadas. Admitiu que há informações que acabam por não chegar ao seu conhecimento, embora que tenha um quadro de assessores que deveriam administrar estas questões e mantê-lo bem informado.

Continua na página 3.



**GREVE 2014**

# CNG/FASUBRA: a greve fica mais forte

A greve dos técnico-administrativos em educação continua sua jornada de luta, como característico em sua história, em defesa dos direitos da categoria numa greve consolidada em todo o país. Mesmo diante da intransigência do governo, representado pelo MEC e MPOG, não admitindo a instalação de uma mesa de negociação, atitude esta que se traduz em dois significados que revelam em primeiro lugar no desrespeito a nossa categoria que insiste em negociar uma alternativa ao conflito instalado e em segundo, a negativa dos princípios da mesa nacional de negociação permanente que se assenta na busca de solução de conflitos.

Hoje vimos que a atitude do governo em não negociar, se pretendia levar o movimento ao cansaço, teve seu efeito contrário, dado que registramos nossa greve tomando fôlego e num processo crescente, ganhando visibilidade de modo que ao contrário do governo, outros atores da sociedade já começam a se movimentar a exemplo do parlamento.

O trabalho feito pelos membros do CNG/FASUBRA junto ao parlamento, já produz resultados positivos, tendo os parlamentares anunciado publicamente que estarão procurando os ministérios para cobrar a instalação de mesa de negociação. Portanto, é necessário dar consequência a este trabalho nas bases cobrando dos deputados federais e senadores o compromisso de pressionar o governo a abrir

negociação com o movimento. Nas audiências públicas realizadas na Câmara dos Deputados tendo por pauta a campanha salarial dos SPFs e a Greve dos TAEs, assistimos as manifestações de vários parlamentares e dirigentes sindicais cobrando do Secretário Sergio Mendonça o restabelecimento da mesa de negociação, inclusive com possibilidade de reunião entre MEC/MPOG/CASA CIVIL/FASUBRA para próxima terça ou quarta e ainda a necessidade da regulamentação da negociação coletiva no setor público.

Diante deste cenário o CNG avalia que o atual momento é positivo para nosso movimento, mas que é preciso potencializá-la ainda mais e buscar ampliar o leque de apoio junto à sociedade para, numa conjugação de apoio parlamentar com fortes ações de rua, onde se manifestam indignação pela ausência de negociação e a insatisfação popular com as políticas sociais do governo Dilma.

Assim devemos investir em nosso calendário no qual temos nessa próxima semana atividades centradas nos HUs, como também queremos destacar a importante manifestação unificada dos TAEs do Rio de Janeiro marcada para o dia 29/04 e por fim reforçamos a importância fundamental de priorizarmos a 2ª construção da caravana da Educação Federal nos dias 06 e a marcha dos SPFs no dia 07 de maio em Brasília.

## 37 universidades já aderiram e estão paradas

ENTIDADE	SIM	NÃO
1. SINTUNIR		
2. SINSTAUFAFAP	X	
3. SINTESAM	X	
4. SINDTIFES-PA	X	
5. SINTEST-AC	X	
6. SINTUFAL	X	
7. SINTUFPI	X	
8. SINTUFEPE-RUR	X	
9. SINTUFEPE-FED	X	
10. ASSUFBA-SIND.	X	
11. SINTUFCE	X	
12. SINTEST-RN	X	
13. SINTESPB	X	
14. SINTEMA	X	
15. SINTUFS	X	
16. SINTUF-MT	X	
17. SINT-IFESgo	X	
18. SINTFUB	X	
19. SISTA-MS	X	

ENTIDADE	SIM	NÃO
20. SINTAD-TO	X	
21. ASAV-SIND.	X	
22. SINDIFES	X	
23. SINTUNIFEI	X	
24. SINDUFLA	X	
25. SINTE-MED	X	
26. SINTUFEJUF	X	
27. SIND. ASSUFOP	X	
28. SINT-UNIFAL		X
29. SINDS-UFSJ	X	
30. SINTET-UFU	X	
31. SINTUFES	X	
32. SINTUFSCAR	X	
33. SINTUNIFESP		X
34. SINTUFABC		
35. ASUNIRIO	X	
36. SINTUFF	X	
37. SINTUR-RJ	X	
38. SINTUFRJ	X	
39. SINTUFSC	X	
40. SINDITEST-PR	X	
41. ASSUFRGS	X	
42. ASSUFSM		X
43. APTAFURG	X	
44. ASUFPEL		X
45. SINDIPAMPA	X	
<b>Total</b>	<b>39</b>	<b>04</b>

**COORDENAÇÃO JURÍDICA E RELAÇÕES DE TRABALHO**

## Servidores do executivo reforçam necessidade de reajuste em auxílio-alimentação de R\$ 373

Uma nova pesquisa encomendada pela Assert (Associação das Empresas de Refeição e Alimentação Convênio para o Trabalho), constatou que o brasileiro gasta, em média, R\$ 663 por mês com almoço fora de casa durante a semana.

A média é 56% maior que o valor pago aos servidores do Executivo com o auxílio-alimentação, fixado hoje em R\$ 373. O reajuste em benefícios continua sendo uma das pautas prioritárias da Campanha Salarial Unificada 2014.

No final de março, servidores da Câmara, Senado e TCU (Tribunal de Contas da União) tiveram atualizado o valor de seu auxílio-alimentação em pouco mais de R\$ 784. O atendimento deste pleito justo gera uma discrepância ainda maior entre os valores dos benefícios pagos aos servidores dos Três Poderes. O Ministério do Planejamento acenou com a possibilidade de negociar reajuste em benefícios para o Executivo. No entanto, nada ainda foi formalizado.

Sobre o tema, a Condsef também acompanha o andamento de uma PEC (271/13) no Congresso Nacional que propõe isonomia para benefício entre servidores. A proposta aguarda parecer na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) na Câmara dos Deputados e deve voltar à pauta em breve. A Confederação quer uma reunião com o proponente da matéria, o deputado federal Augusto Carvalho. O objetivo é organizar um trabalho de força tarefa e dar apoio para aprovação da PEC.

Há ainda um Recurso Extraordinário que questiona a equiparação do auxílio-alimentação do Executivo com os demais poderes aguardando julgamento no Supremo Tribunal Federal (STF). Em dezembro de 2012, a Condsef se habilitou para atuar na condição de amicus curiae do processo, fazendo a defesa dos servidores para obter a equiparação do referido auxílio. Na esfera jurídica, a assessoria da Condsef continua acompanhando esses movimentos. A Condsef continua buscando reunião com o Ministério do Planejamento para discutir a correção em valores de benefícios.

Todos devem permanecer atentos. Novidades sobre reajuste em benefícios, a PEC 271/13, o julgamento de recurso no STF, entre outras notícias de interesse dos servidores federais vão continuar sendo divulgadas aqui em nossa página.

## PEC tira idoso e portador de doença grave de fila de precatórios

A Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania da Câmara dos Deputados aprovou a Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 176/2012, dos deputados Edson Pimenta (PSD-BA) e Luciano Castro (PR-RR), que retira idosos e portadores de doença grave ou incapacitante da ordem de precatórios, priorizando o pagamento a essas pessoas.

A proposta estabelece que os créditos de quaisquer natureza, inclusive alimentícia, de idoso ou de portadores de doença grave ou incapacitante, independem de precatórios. Os pagamentos deverão ser feitos imediatamente após o trânsito em julgado da sentença condenatória.

A comissão acompanhou o parecer do relator, deputado Andre Moura (PSC-SE), pela constitucionalidade e juridicidade do texto. “Estamos fazendo justiça a milhares de idosos e enfermos no país, que muitas vezes se vão sem ter o direito de receber o que o Estado lhes deve”, disse o deputado Anthony Garotinho (PR-RJ), que leu o voto.

**Qualquer débito** - Atualmente a Constituição determina que os pagamentos devidos pelas Fazendas Públicas, em virtude de sentença judiciária, serão feitos exclusivamente na ordem cronológica de apresentação dos precatórios, proibida a designação de casos ou de pessoas nas dotações orçamentárias e nos créditos adicionais abertos para este fim.

Também já determina que os débitos de natureza alimentícia, que compreendem, por exemplo, os decorrentes de salários, pensões e indenizações cujos titulares tenham 60 anos de idade ou mais ou sejam portadores de doença grave ou incapacitante serão pagos com preferência sobre todos os demais débitos. Caso a PEC seja aprovada, essa prioridade será dada a esse público em caso de débito de qualquer natureza.

**COORDENAÇÃO JURÍDICA E RELAÇÕES DE TRABALHO**

## Tempo de licença para mãe adotante é igual ao da mãe biológica

Não existe nenhum critério válido que permita a diferença entre o filho biológico e o adotivo, seja para fins de concessão de licença à gestante ou à adotante, seja para fins de prorrogação da respectiva licença à mãe biológica ou adotante.

Com esse entendimento, o juiz federal Antônio Felipe de Amorim Cadete, substituto da 25ª Vara da Seção Judiciária do Distrito Federal, deferiu a antecipação da tutela pleiteada por servidora pública que solicitou extensão da duração da licença à adotante para que alcançasse o mesmo prazo da licença à gestante, já com o acréscimo de 60 dias previsto na Lei 11.770/2008, resultando, ao final, em 180 dias.

Tanto a licença à adotante, quanto a licença à gestante estão previstas na Lei 8.112/1990. De acordo com a decisão da 25ª Vara, a Resolução CJF 30/2008 apenas estende o direito da adotante em 45 dias.

O juiz federal Antônio Felipe Cadete afirmou que o artigo 227, parágrafo 6º, da carta magna determina que o dever do Estado em assegurar à criança, com absoluta prioridade, o direito à convivência familiar, não admitindo nenhuma distinção entre filhos, sejam eles biológicos ou adotivos.

Em sua decisão, Cadete entendeu que o período de adaptação psicológica do filho adotado à nova família é tão (ou mais) importante quanto ao período de restabelecimento fisiológico da mãe após o parto e para a lactação (produção de leite).

Com a decisão, a União deverá anotar “imediatamente” a referida prorrogação, até o lapso de 180 dias, nos assentamentos funcionais da servidora, “sob pena da incidência de multa diária”.


**COORDENAÇÃO DE GÊNERO, RAÇA E ETNIA**

## Projeto de creche para os servidores técnico-administrativos

A pasta de Raça, Gênero e Etnia da ASUNIRIO, através da sua coordenadora, Míriam Cerqueira, dá início ao projeto de creche para os filhos dos servidores técnico-administrativos em educação de nossa Universidade, em atendimento a pedidos dos próprios servidores e em consonância com a pauta específica aprovada na plenária da FASUBRA nos dias 08 e 09 de fevereiro, protocolada no MEC, MPOG e ANDIFES que prevê a criação e reestruturação das creches nas universidades federais para os seus trabalhadores sem municipalização.

A primeira etapa, que já começou a ser realizada, é composta por reuniões com outros setores e visita técnica a creche de outra universidade, além da elaboração dos documentos necessários para seu encaminhamento e do projeto em si, que dependerá da aprovação do Ministério da Educação para ser executado”.

Segundo Míriam, a ideia é estender o benefício, através de parcerias com a ADUNIRIO e DCE, para os seguimentos docente e discente.

